

SOL 2011-21

Cortes no Estado polémicos

O PRIMEIRO dia de processamento de salários na Função Pública, já com os cortes impostos pelo Orçamento do Estado para 2011, não ficou livre de polémica. Houve queixas de cortes em excesso, funcionários que não receberam os salários e até casos em que não foi feita a redução salarial. Mas, para a maioria dos funcionários, o dia de ontem terminou com a conta bancária menos 'recheada' do que o habitual, levando os sindicatos afectos à UGT a iniciarem uma segunda ronda de providências cautelares.

Na Agência para a Modernização Administrativa (AMA), por exemplo, houve trabalhadores a quem não terá sido pago o salário dia 20, como é habitual. O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores (CGTP) confirmou ao SOL que houve queixas de trabalhadores do organismo e que foi enviado um ofício solicitando explicações. Mas fonte oficial da AMA garantiu que não houve atrasos. **«A autorização de pagamento do salário de Janeiro foi processada como habitualmente, reflectindo já as alterações decorrentes da lei».**

Já o secretário-geral do Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública (UGT) fala de casos de **«cortes superiores ao que indicava a tabela»** e de situações em que a remuneração não foi reduzida. Contudo, Nobre dos Santos recusou indicar em que organismos houve falhas. O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE), também afecto à UGT, começou ontem a entregar novas providências cautelares – uma por ministério – contra os cortes. Ao contrário da Frente Comum, que apresentou 119 providências com o objectivo de ter um efeito preventivo, o STE apresentou a contestação após o processamento dos salários, por entender que a efectividade da argumentação jurídica seria mais eficaz para suspender a medida. Segundo Bettencourt Picanço, foram ontem entregues seis providências no Tribunal Administrativo de Lisboa e as restantes serão interpostas hoje e segunda-feira.

João Paulo Madeira